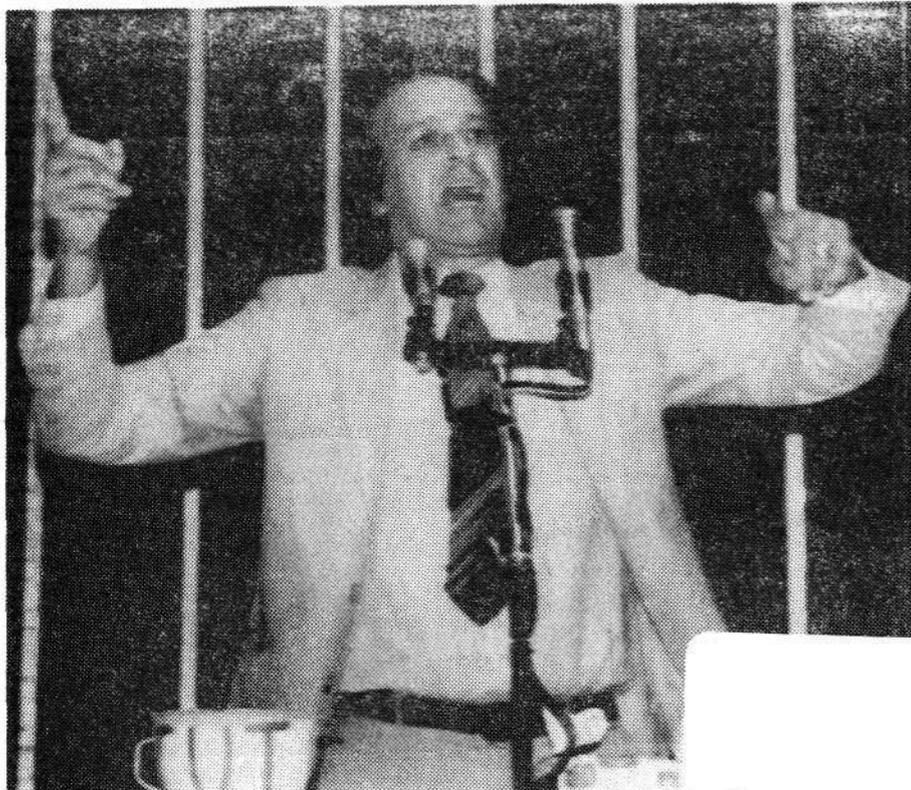


Brasília — Luiz Antônio



Paliarin dedicou penico à CUT e demais críticos do seu grupo

## Penico do 'Centrão' foi atração na Constituinte

BRASÍLIA — Um penico de plástico azul, que custou CZ\$ 120,00 foi uma das principais atrações da sessão da Constituinte ontem e permaneceu na tribuna por cinco minutos exibido pelo deputado Jayme Paliarin (PTB-SP), que o enviou de presente ao presidente da CUT, Jair Meneghelli, "para que possa defecar as infâmias e inverdades ditas contra o Centrão."

Aos 55 anos, natural de Espírito Santo do Pinhal, no estado de São Paulo, o deputado Jayme Paliarin cumpre seu primeiro mandato na Câmara Federal, tendo sido vereador em Bauru duas vezes. Integrante do Centrão, tendo assinado todas as emendas coletivas do grupo, Paliarin foi incluído nos cartazes divulgados pela CUT e alguns sindicatos de São Paulo como traidor do povo.

**Sujeira** — Ao subir na tribuna, Paliarin levou um pacote de presente e abriu o seu pronunciamento, lançando "um protesto contra a CUT e seus sindicatos que estão defecando, nos jornais e nas praças públicas todo tipo de excremento, sujeiras, calú-

nias, mentiras e infâmias contra a minha pessoa".

Lavrador, alfaiate, ministro evangélico, advogado e pecuarista, o deputado, cada vez mais irritado ao longo de seu pronunciamento, abriu o pacote e retirou dele o penico, anunciando que o enviaria de presente a Jair Meneghelli para que pudesse "defecar à vontade." Disse ainda não ter compromissos com nenhum grupo, a não ser com Deus e com o povo. "Assim sendo, não tenho medo da CUT, nem dos sindicatos ligados a ela, nem do diabo e nem de qualquer outra cambada que tenta denegrir o meu nome," afirmou, sendo demoradamente aplaudido pelo Centrão. O presidente do PT, deputado Olívio Dutra, subiu imediatamente à tribuna e guardou o penico. Mais tarde o deputado Florestan Fernandes Jr. (PT-SP) pediu a palavra e lembrou que "se encontra no recinto da Constituinte indevidamente um soteiro de uso doméstico que deve ser retirado pela mesa." A mesa atendeu o pedido e o penico foi retirado.

## Fiúza não dorme. Ele fala pelo 'Centrão' do B

— Nada houve de mais democrático na Constituinte, até agora, do que o surgimento do Centrão. O que é o Centrão? É um movimento que juntou a maioria dos constituintes para reformar o regimento pouco democrático da Assembléia. Que fez ele depois disso? Juntou, novamente, a maioria para apresentar um projeto de Constituição que não representasse, apenas, os anseios da minoria que controlou a Comissão de Sistematização. Isso é ou não democrático? Exercemos ou não a democracia?

(Displcientemente sentado no braço de uma das poltronas do plenário da Câmara, acossado por assessores e colegas que o procuram ora para uma coisa, ora para outra, o deputado Ricardo Fiúza (PFL-PE), um dos principais líderes do Centrão, está cansado com o ritmo de trabalho que não permite que durma mais do que três ou quatro horas por noite. Seu amplo apartamento na Asa Norte de Brasília foi transformado em escritório do Centrão. Sua família está no Recife. Fiúza está irritado.)

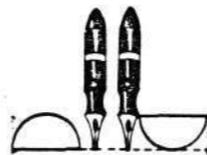
— Se o projeto de Constituição do Centrão é ruim? É claro que é. É ruim, ora bolas, porque nasceu da prática democrática de se ouvir a maioria e de se fazer o que essa maioria quer. Se eu, ou qualquer outro constituinte, sozinho, fizesse um projeto de Constituição, é bem possível que ele saísse muito melhor que o projeto do Centrão. Mas isso seria democrático? Pelo fato do meu poder ser melhor, ele deveria prevalecer sobre o projeto apoiado pela maioria? É claro que não.

("Tem um coronel lá fora lhe esperando, deputado", avisa um assessor. "Diga ao coronel que espere. Não posso atendê-lo agora", livra-se Fiúza. No último domingo, o deputado passou pelo susto de saber que um pequeno avião, de sua propriedade, caíra no norte do país transportando dois de seus filhos. Nada sofreram. "Minha filha, não vou responder exatamente o que você gostaria que eu respondesse", dispara Fiúza escapando de uma jornalista. O deputado eleva o tom da voz.)

— O projeto do Centrão é uma colcha de retalhos costurada para abrigar os sonhos de mais de 280 constituintes. Poderia ser diferente? O projeto da Comissão de Sistematização, que é muito ruim, é uma colcha que reúne os sonhos de uma minoria — e,

### Contrato de risco

O deputado Ubiratan Aguiar (PMDB-CE) acredita que a posição da bancada do seu estado quanto à sorte do mandato do presidente Sarney dependerá de um balanço a ser feito sobre os benefícios alcançados pelo Ceará junto à administração federal. "Veja, todos os estudos técnicos apontam o Ceará como o mais adequado local para sediar a nova refinaria da Petrobrás", conta Aguiar. "Mas estamos informados de que a refinaria poderá ser instalada no Maranhão". O PMDB cearense tem 14 votos na Constituinte. O governador Tasso Jereissati reuniu-se, anteontem, para uma avaliação.



no caso, de uma minoria de esquerda, socializante. O Centrão, que pode até ter-se constituído, não nego, com um certo ranço autoritário, está negociando seu projeto para livrá-lo das imperfeições. Isso é ou não é democrático?

("O Fiúza é um dos políticos mais esclarecidos do Centrão e com ele é possível negociar", admite o senador Mário Covas, líder do PMDB na Constituinte. "Gosto dele porque ele cumpre os compromissos que assume", testemunha o deputado José Genoíno (PT-SP). Fiúza retribui os elogios ao seu modo, brincalhão e, aparentemente, duro: "Eu me dou bem com a canalha da esquerda. São todos meus amigos e, no fim, acabamos nos entendendo". Fiúza está mais calmo.)

— Temos mais de 280 votos que continuam apoiando nosso projeto mas nem por isso deixamos, até agora, de negociá-lo com todas as forças políticas. O PT não pesa nada aqui dentro, o PC do B muito menos e, no entanto, sentamos com todo esse pessoal todos os dias e negociamos ponto por ponto do nosso projeto. Isso é ou não é democrático? Se é, e se é democrático que prevaleça nas votações a vontade da maioria, por que nós acusamos de direita, de reacionários, disso, daquilo outro?

(Fiúza e outros líderes do Centrão, como o deputado Luís Eduardo Magalhães, chegaram a pensar em mudar o nome do grupo para se livrar da acusação de direitistas. "O Centrão está estigmatizado, virou um palavrão", confessa um dos seus integrantes. Fiúza está preocupado com os cartazes que começam a aparecer em todo o país acusando deputados e senadores que apóiam o Centrão de traidores do povo. "Isso não é direito e vamos reagir", promete.)

— Poucos entendem que o Centrão não tem lideranças constituídas, não tem uma rígida organização e, por isso, não pode apresentar uma face homogênea. Que culpa temos se aparece um maluco entre nós e faz um gesto obscuro para as galerias do Congresso? Que culpa temos se um outro diz que só vota com o governo em troca de favores? Confundir essas coisas com o Centrão como um todo, ou com o objetivo do Centrão de se alcançar uma Constituição moderna, é má fé, é intriga.

(Começou um trabalho de maquiagem para melhorar a imagem do Centrão — mas isso Fiúza não aborda. Os deputados Amaral Netto, José Lourenço e Roberto Cardoso Alves, por exemplo, que se notabilizam por posições e discursos agressivos, estão sendo postos em segundo plano dentro do Centrão. Ocupam, agora, o primeiro plano nomes como o do próprio Fiúza, o de Luís Eduardo Magalhães, Bonifácio Andrada, José Geraldo Ribeiro, Luiz Rocha Ponte e Eraldo Tinoco. É o Centrão do B" em ação.)

### Por causa do Alemão

Foi uma operação complicada, que feriu normas e regulamentos, a que se montou para permitir a entrada no Brasil, no mais curto espaço de tempo, do técnico alemão Erwin Haas, da Telefunken, que tentará reparar o painel eletrônico da Câmara que registra as votações na Constituinte e que pifou na última sexta-feira. Os coronéis da Secretaria Especial de Informática alegaram que a peça de reposição trazida pelo alemão poderia ter similar no Brasil.

Ricardo Noblat

## Esquerda quer garantia para votar projeto

BRASÍLIA — O acordo entre as lideranças partidárias para limitar o acesso ao rádio e à televisão aos partidos que tenham elegido pelo menos um parlamentar, ou que tenham adquirido dez de outras legendas, deverá ser votado às 9h pela Câmara. Na sessão de ontem, convocada especialmente para a votação do projeto, foi aprovado somente a urgência na tramitação.

Para votar as mudanças na lei de acesso ao rádio e à TV, os líderes dos partidos de esquerda exigiram garantia do governo de que o projeto será respeitado pelo presidente Sarney. "Nós temos uma experiência amarga", diz Amaury Müller (RS), líder do PDT. "Negociamos durante três semanas a nova lei do software com o Senado. Aprovamos o que resultou das negociações. No Palácio do Planalto ocorreram inúmeros vetos".

Ainda por exigência das lideranças, o líder do governo, deputado Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), ficou de procurar os órgãos jurídicos do Planalto e discutir a viabilidade das modificações. Terá de dar uma resposta até antes do início da sessão de hoje. Pelo acordo, terão acesso ao rádio e à TV, em nível nacional, os partidos com um parlamentar eleito pela sigla ou dez provenientes de outras. Ficam mantidas as duas horas anuais, que podem ser divididas em quatro programas de meia hora. Para programas estaduais, os partidos devem ter pelo menos um deputado ou 5% adquiridos, ou 1% dos votos para a Assembléia Legislativa. O direito ao acesso à TV e ao rádio nos estados é de uma hora por ano, que deverá ser dividida em dois programas de 30 minutos.

**Postura** — A decisão do Sistema Jornal do Brasil de não transmitir o programa nacional do PSP foi elogiada na tribuna da Constituinte pelo deputado Adroaldo Streck (PDT-RS). Seguindo o deputado, "a desobediência civil é um recurso da sociedade e, dependendo da circunstância, deve ser utilizado."

Streck disse que o jornalista J.A. do Nascimento Brito é "um home de coragem, que merece crédito e deve ser louvado, pois só assim o povo não tomou conhecimento das bobagens de Marronzinho." Para o deputado, uma eventual punição do Sistema Jornal do Brasil significaria ir contra "uma postura que a própria sociedade aplaude".

O deputado afirmou que a concessão de horários gratuitos no rádio e televisão deveria beneficiar apenas os partidos que possuam representação no Congresso Nacional.